

## O (DES)ACESSO DISCURSIVO NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO JOVEM PELA MÍDIA

Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista (UFC)  
liviarad@yahoo.com

Tiago Alves Nunes (UFC)  
tiagopark@gmail.com

Gênesson Johnny Lima Santos (UFC)  
gen.johnny@gmail.com

### RESUMO

Objetivamos, com o presente trabalho, investigar os processos discursivos envolvidos na construção da representação do jovem, em contexto de violência, pela mídia jornalística. Para tanto, utilizaremos o acesso discursivo como categoria analítica, isto é, como vetor de representação. O *corpus* provém de textos jornalísticos publicados nos periódicos colombianos *La república*, *El Espacio*, *El Colombiano* e *El mundo* em suas versões eletrônicas. Como base teórica, recorreremos aos trabalhos de van Dijk (2008, 2009), em relação aos Estudos Críticos do Discurso; Moscovici (2009), no que diz respeito à Teoria da Representação Social; e Falcone (2005), no que concerne à categoria analítica, ou seja, o acesso discursivo.

**Palavras-chave:** Acesso discursivo. Representação social. Mídia.

### Introdução

A América Latina é uma região que, nos últimos tempos, cresceu bastante do ponto de vista econômico, principalmente devido a pactos estabelecidos com alguns países, como a China, por exemplo, para que os investimentos financeiros ascendessem, fazendo com que este pudesse se desenvolver mais e melhor (CEPAL, 2011). Entretanto, dentro de uma conjuntura política continental bastante complexa, como a desse território, veem-se bastantes problemas — embora haja muitos esforços para evoluir o continente — dentre os quais se destaca a violência, que, de um modo bastante intenso, assola essa região.

Apesar de haver alguns países com uma ascensão educacional e baixos índices de violências, outros são atingidos fortemente com esse problema, como é o caso da Colômbia, que é o país com os maiores índices, segundo pesquisas concluídas no ano de 2012 pelo *Instituto para La Economía y la Paz* (IEP) e o *Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e*

*Crime* (UNODC). As causas desse problema são complexas e diversas, e estas têm a ver com os altos indicadores de iniquidade, o narcotráfico que está diretamente relacionado entre outros fatores, com o contexto econômico do país, a reformulação do papel do Estado – neoliberalismo – que dá “ênfase à competência como força dinamizadora social, [...] atribuindo-lhe uma função de predomínio econômico” (AGUDELO, 2003), de modo que não há uma única explicação para a ocorrência desse fenômeno.

Em meio a esse caos, encontra-se o jovem sendo, cada vez mais, protagonista das cenas de violência, seja como acusado, seja como vítima. Um estudo feito em 2008, pelo *Colombia Joven*, Luz Piedad Herrera, indicou que sete em cada 10 pessoas que perdem a vida em fatos violentos são jovens entre 14 e 26 anos de idade.

É pela mídia jornalística que se conhece esses fatos, principalmente nos países estrangeiros, uma vez que os meios de comunicação, melhor dito, os sujeitos que a integram, possuem um poder simbólico, não um poder individual, mas um de posição social, que faz com que os indivíduos que o detêm possuam acesso preferencial aos recursos materiais e simbólicos. Assim, é nesse viés que nossa investigação se insere: entre o poder da mídia e a representação do jovem em contexto de violência.

Em conformidade com essa perspectiva, objetivamos, com o presente trabalho, investigar os processos discursivos envolvidos na construção da representação social do jovem na Colômbia, a partir da análise do (des)acesso discursivo em textos jornalísticos publicados nos periódicos *La república*, *El Espacio*, *El Colombiano* e *El mundo* na versão eletrônica, uma vez que a *internet*, além de estar entre as mídias de comunicação que mais cresceram nos últimos anos, configura-se como um meio alternativo por ser mais moldável às necessidades jornalísticas e por ser capaz de acrescentar uma massa de público potencial, como nos diz Cardoso (2007).

Esta pesquisa segue o método qualitativo e identifica-se com a perspectiva dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) proposta por van Dijk (1990, 2005, 2008). Quanto à sua natureza, constitui-se em um estudo interpretativo em conformidade com o método “análise do conteúdo” cujo objetivo “é compreender criticamente o sentido das comunicações [oral, visual, gestual, etc. reduzidas a um texto ou documento], seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p.98). Em termos de análise de dados, este trabalho configura-se como uma pesquisa intuitiva, que tem como método de abordagem o indutivo, já que pendemos para a generalização como um produto do trabalho de coleta e interpretação de dados particulares. Quanto a sua finalidade, trata-se de uma

pesquisa descritiva por propor uma análise descritiva do discurso midiático-jornalístico e de seu contexto.

O *corpus* desta investigação é composto de documentos provenientes de comunicação de massa, no caso notícias publicadas nos jornais colombianos *La república*, *El Espacio*, *El Colombiano* e *El mundo*. Desse modo, os textos a serem analisados estão em formato digital nos *sites* oficiais dos periódicos mencionados e perfazem um total de 15 textos jornalísticos, cuja escolha deveu-se ao fato de os “documentos de comunicação de massa constituírem importante fonte de dados para a pesquisa”, uma vez que “possibilitam ao pesquisador conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual” (GIL, 1999, p.164). Além disso, em termos sociodiscursivos, os textos que circulam nos “meios de comunicação de massa são os mais penetrantes, se não [os] mais influentes, a se julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores” (van DIJK, 2008, p.73), visto ser o discurso uma forma de ação social.

Vale resaltar também os motivos que nos levaram a restringir esta pesquisa à mídia eletrônica da Colômbia e principalmente aos jornais supracitados. Primeiro, porque a Colômbia insere-se na América Latina, uma região que tem um dos maiores índices de violência do mundo. Segundo, pelo fato de o país mantém relações político-econômicas com o Brasil, visto ser este um dos países que mais crescem no mundo economicamente; e não só faz fronteira geográfica com o nosso país, como também integra, como país associado, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que integra as duas uniões aduaneiras existentes na região: o já mencionado MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações (CAN).

No que concerne à escolha dos periódicos, estes estão entre os mais importantes da Colômbia e, portanto, são os mais lidos e os mais influentes. Para selecionarmos os textos integrantes do *corpus* desta pesquisa, dois critérios foram utilizados: periodicidade da publicação e temas. O primeiro deles diz respeito às notícias publicadas nos referidos jornais eletrônicos entre os anos de 2010 e 2013, que estão relacionados ao envolvimento do jovem em contexto de violência. O segundo critério foi temático, mediante a utilização do recurso de busca dos dois *sites* a partir da digitalização das palavras-chaves “*violencia*”, “*jóven*”, “*menor infractor*”, “*adolescente*” etc.

Após a geração e seleção do *corpus*, realizamos uma pré-análise com o intuito de entendermos o conteúdo dos textos e de formularmos hipóteses e inferências preliminares. Em seguida, com base em Falcone (2005) e na perspectiva de van Dijk (2008), identificamos os tipos de acessos (direto ou mediado) presentes nos textos, em relação à categoria

“aspectos sócio-discursivos”. Por fim, identificamos as unidades lexicais (verbos introdutórios de opinião), as quais apoiaram a análise com base na categoria “aspecto léxico-discursivo”.

### ***1. A perspectiva dos estudos críticos do discurso (ECD)***

Dentro do panorama dos aportes teóricos em Análise de Discurso (AD), existe uma AD voltada para a língua e outra voltada para o discurso; sendo que é sobre esta última que nos debruçaremos, ou seja, sobre uma AD voltada para a crítica: a chamada Análise Crítica do Discurso (ACD). Assim, segundo van Dijk (2008, p. 114), a ACD “é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político.

Dentro do panorama epistemológico da ACD, há divergências de foco na investigação, do ponto de vista teórico e analítico. No entanto, todos os modelos propostos investigam o modo como as estruturas discursivas são organizadas para reproduzir a dominação social.

Nessa pesquisa, trabalharemos com a perspectiva crítica de AD proposta por van Dijk (1990, 2005, 2008), que prefere denominar sua linha teórica de Estudos Críticos do Discurso (ECD). Segundo van Dijk (2008), os ECD não são um método de análise do discurso, como se crê em algumas áreas do saber, especialmente nas Ciências Sociais. “Os ECD usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos de discurso em geral” (2008, p. 10).

Van Dijk (2008) propõe um triângulo conceitual que organiza sociedade, cognição e discurso, por meio do qual empreende uma análise sociocognitiva do discurso. “A cognição pessoal e social sempre media a sociedade ou as situações sociais e os discursos” (2008, p.26). Isto é, as atitudes, as ideologias, os esquemas mentais e as representações afetam os discursos e as práticas sociais dos indivíduos, noutros termos, os sistemas de crenças são compartilhados por um grupo de atores sociais. Quanto ao papel destes nas práticas sociais, Baptista (2011, p. 05) afirma:

[...] os sujeitos atuam como membros de grupos sociais, manifestam ideologias concretas em ações e interpretações e essas constroem e reafirmam relações de poder e de resistência dos grupos. Esse fato leva a supor, conseqüentemente, que os sujeitos não somente podem veicular discursos e opiniões, mas também, reforçar certa ideologia, por meio de atitudes e ações, demarcando certos usos dos

discursos em suas práticas cotidianas e alimentando práticas e formas de agir no mundo.

Atentemos na citação para o termo “ideologia”, pois a relação entre ideologia e discurso é relevante dentro do escopo teórico dos ECD. As ideologias são, antes de tudo, sistemas de crenças, e, dessa forma, não abrangem as práticas ideológicas, tampouco as estruturas sociais que se fundam nelas, as ideologias. Outro ponto importante é que não existe uma ideologia pessoal ou privada. Contudo, a ideologia não é qualquer sistema de crenças compartilhado, ela deve ser axiomática, ‘fundamental’, deve agir (organizando e controlando) sobre outras crenças compartilhadas. Outra importante característica é seu aspecto cognitivo, no qual sua aquisição é gradual (o contrário também é certo) e, às vezes, reelaborada e transformada ao longo do tempo; assim sendo, elas precisam ser parcialmente estáveis.

## ***2. A teoria das representações sociais e o jovem como objeto de representação em contexto de violência***

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi elaborada por Serge Moscovici e foi inaugurada com a publicação da obra *A Representação Social da Psicanálise (La psychanalyse, son image et son public)*, no ano de 1961. Tal obra tratava da Representação Social (RS) da Psicanálise na sociedade parisiense do final dos anos 1950. Moscovici objetivava redefinir os problemas e os conceitos da Psicologia Social a partir do fenômeno da RS. Para tal intento, o estudioso elaborou sua teoria a partir, principalmente, dos estudos de Émile Durkheim (1858 – 1917), através de seu conceito de representação coletiva.

Durante muito tempo, houve uma dicotomia bastante rígida entre indivíduo e sociedade nas ciências humanas: enquanto a Psicologia investigava o indivíduo (*psique*), a Sociologia investigava a sociedade. E tal divisão foi bastante ratificada por Durkheim quando, no intento de solidificar a Sociologia como ciência autônoma, propôs a divisão entre Representações Individuais (RI), estudadas pela Psicologia, e as Representações Coletivas (RC), isto é, os fatos sociais, a cargo da Sociologia (DUVEEN, 2009, p. 13).

Moscovici elabora o conceito de RS a partir do conceito de RC durkheimiano. Para este, as RC eram um conjunto de crenças e conhecimentos (religião, ideologias etc.) independente do indivíduo. Desse modo, Moscovici prefere utilizar o adjetivo “social” em vez de “coletiva”, por considerar que as representações eram mais dinâmicas, pois

[...] enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações. (DUVEEN, 2009, p.15).

Para Moscovici (1978) não existia a dicotomia indivíduo *versus* sociedade proposta por Émile Durkheim. As características que constituíam as RC estão agora dentro do escopo teórico da RS. Em outras palavras, a formulação de RS é psicológica e social ao mesmo tempo. Na verdade, Moscovici não apenas substituiu o termo ‘coletivo’ por ‘social’, ele soma também significações ao termo de Durkheim, tornando, assim, o sujeito como ator do processo de representação. As RC somadas às atitudes, valores e imagens são, agora, as RS.

E qual o conceito de RS? Moscovici (idem, p. 41) afirma que “se a realidade das representações sociais é fácil de apreender, não o é o conceito”. O teórico não queria reduzir o conceito de RS a uma definição sucinta, pois isso prejudicaria o alcance conceitual do termo (SÁ, 1996, p.30). Segundo Moscovici (1981, p.181 *apud* SÁ, 1996, p.31),

por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana e no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

Desse modo, as RS são um fenômeno psicossocial que se dá na interação, um saber que se origina de uma atividade cognitiva, influenciada pelo social e dirigida para ela. Contudo, nem todo saber pode ser considerado uma RS, já que somente aqueles saberes que emergem do cotidiano da sociedade, que fazem parte do senso comum, podem ser considerados. Assim sendo, a representação “é um conhecimento prático que se opõe ao pensamento científico, porém se parece com ele, assim como aos mitos, no que diz respeito à elaboração destes conhecimentos a partir de um conteúdo simbólico e prático” (ALEXANDRE, 2004, p. 127).

Moscovici (2009, p.54) afirma que “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade”, o que pressupõe aproximar o fenômeno desconhecido à realidade do sujeito através de seus conhecimentos prévios, e tal aproximação é dada pela representação. Dessa forma, a *objetivação* e a *ancoragem* são os processos pelos quais as RS se geram, todavia não ocorrem de maneira subsequente ou

separadamente, eles se dão ao mesmo tempo. São tão inseparáveis quanto os lados de uma moeda e a explicação dicotômica de tais processos se dá por motivos didáticos.

O objeto não familiar nos perturba, nos incomoda, é estranho em nosso universo consensual. Desse modo, lançamos mão da *ancoragem* para poder transformá-lo em familiar, isto é, classificamos esse objeto a partir de paradigmas já conhecidos, modificando-o; através disso o categorizamos em nosso ambiente mental, estabelecendo alguma relação com ele (MOSCOVICI, 2009).

Ainda segundo Moscovici (2009, p. 62), “quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus ou os pobres, nós obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-o e rotulando-o”. Em síntese, *ancorar* é classificar o não familiar em categorias pré-existentes, libertando o objeto do desconhecido e dando-lhe uma identidade, tornando-o conhecido, familiar em nosso universo mental.

A *objetivação* é o outro processo que participa na geração de representações. Este “é uma operação imagética e estruturante” (ARRUDA, 1992, p.124), pelo qual se dá uma forma específica ao conhecimento sobre o objeto, tornando-o palpável, tornando quase que tangível o conceito abstrato, nos temos de Jodelet (1984, *apud* SÁ, 1996), “materializando a palavra”. Moscovici (1984, *apud*, SÁ, 1996) afirma que “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia ou de um ser impreciso, reproduzir um conceito em uma imagem”.

Em suma, Moscovici (2009, p.78) ratifica que

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2009, p.78).

Feitas essas considerações em torno da gênese, processo e conceito de RS, discutiremos a natureza de nosso objeto de representação, ou seja, o porquê do “jovem”, em contexto de violência, ser um objeto de representação. Sendo assim, para que haja uma RS, é necessário haver alguém (o sujeito) que represente alguma coisa (objeto). Esse sujeito pode ser uma população, ou um grupo social, por exemplo. Assim sendo, o grupo social escolhido nesta investigação foram quatro instituições jornalísticas: *La república*, *El Espacio*, *El Colombiano* e *El mundo*, periódicos colombianos. Por que estas instituições se configuram como o sujeito? Eles pertencem a um mesmo grupo social, possuem a mesma; compartilham

a mesma prática social e interesses comuns no que diz respeito à sua função social; sendo assim, compartilhem razoavelmente a mesma representação, a depender do objeto (SÁ, 1998).

Optamos por tais jornais por sua relevância social e política na América Latina, em especial na Colômbia, seu país de origem. É importante ressaltar que nosso objetivo não é fazer um julgamento histórico e/ou político em torno dos jornais em questão, mas descobrir como, por meio do acesso discursivo, neles são construídas discursivamente representações do jovem em contextos violentos.

A violência juvenil é um tema bastante difundido no mundo, não somente no que concerne às teorias, mas também no que tange às políticas sociais de combate à violência. Uma evidência desse fato fica clara na vasta bibliografia acadêmica existente no campo das Ciências Sociais e nas inúmeras políticas públicas idealizadas pelos Governos. Desse modo, elegemos o “jovem” em atos violentos como objeto de representação primeiramente, como já dito, por ser a violência um tema de relevância social e acadêmica, bastante discutido e pesquisado. Em segundo lugar, há muitas pesquisas no que diz respeito às causas sociais, no entanto são escassas as que investigam as representações dos jovens por esse fenômeno em um contexto específico, no caso a mídia, e é por esse caminho que seguimos.

O jovem — em contexto de violência — é um objeto de senso comum, que rodeia o universo comunicativo nos países desenvolvidos e mais fortemente nos subdesenvolvidos, visto que são estes os que mais sofrem com a situação. O jovem e a violência “se encontra[m] implicada[s] de forma consciente” (SÁ, 1998, p. 50) nas práticas de nosso grupo em questão, qual seja, os periódicos. A representação, como diz Sá (idem), que liga o sujeito ao objeto é um saber efetivamente praticado, que acontece no cotidiano desse grupo/sujeito.

### ***3. A mídia e o texto jornalístico como discurso***

Em todas as sociedades existe a necessidade e preocupação com a produção e o compartilhamento de informação e conhecimento simbólico. Com o passar dos tempos, as formas de criação e difusão dessa informação tem mudado, uma vez que o mundo desenvolveu-se em aspectos intelectuais, sociais e culturais. A partir dessas mudanças, diz Thompson (2008), as formas simbólicas têm sido produzidas e difundidas em grande proporção. Ainda segundo ele, tais formas converteram-se em mercadoria, ou seja, podem ser vendidas e compradas em qualquer lugar, tornaram-se acessíveis às pessoas amplamente

dispersas no tempo e no espaço. O desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do compartilhamento de conteúdo simbólico no mundo globalizado.

As mídias eletrônicas configuram-se como uma das que mais influenciam as sociedades, no que diz respeito aos meios da comunicação em massa e segundo Steinberger (2005, p.24) são estes, juntamente com a indústria cultural, que “têm o poder de configurar mentalidades”.

Com todo esse poder de difusão em larga escala de material simbólico, as mídias eletrônicas não aproximam somente pessoas nem simplesmente transmitem informações de modo geral, elas propagam representações e ideologias. Assim sendo, a maioria dos jornais que é veiculado nas sociedades possui suas versões impressa e *online*.

Nosso objetivo, nesta pesquisa, é estudar a mídia numa perspectiva discursiva, a partir do material simbólico transmitido pelos referidos jornais no formato de *notícia*, pois a linguagem é uma importante ferramenta nesse processo de difusão de ideologias e representações.

A imprensa é um mediador entre os acontecimentos e o público (leitores/ouvintes); sendo que tal mediador possui certo poder. Este poder está em torno de quem recebe primeiro as informações de um acontecimento, do poder de propagação que possui o veículo e como a notícia é contada (VO, 2009).

No que concerne às relações sociais das notícias, Vo (2009, p.09) afirma:

hay que tener en cuenta que las noticias se escriben asumiendo un tipo de público con una clase, educación, valores y preferencias determinados. Los efectos que puede tener la prensa tienen que ver con la percepción que forma el lector de sí mismo y de los otros, al igual que en las diferenciaciones que éste pueda establecer a través de la descodificación de una serie de significados expresados en el discurso periodístico.

As notícias – e outros textos jornalísticos - são escritas com um objetivo específico, e essa questão nos leva a outra: o acesso discursivo. Quem participa da produção das notícias? Quem são os editores que produzem o jornal ou a revista? Em geral, o cidadão não tem a oportunidade de participar da elite responsável pela produção jornalística. Desse modo, e pela influência que a mídia tem ante a sociedade, as notícias veiculadas acabam sendo a fonte de veracidade suprema. Aqui, nos deteremos às questões do acesso, uma vez que se trata de uma questão complexa, e também, claro, por ser o foco deste trabalho.

Segundo van Dijk (1990), uma análise sofisticada do discurso é capaz de explicar e detalhar as estruturas do discurso midiático que afetam as mentes dos receptores. A notícia é

o gênero comumente utilizado para difundir informações, e com elas as ideologias e representações. Para este, o discurso é uma função do *contexto*, isto é, o que se diz e significa no discurso não é somente uma função direta das crenças. Embora os modelos mentais subjacentes de jornalistas e de instituições distintas sejam parcialmente os mesmos, o contexto muda o produto, ou seja, a notícia – os textos. E essas questões são evidentes na variabilidade da superfície do estilo, como por exemplo: *layout*, sintaxe, lexicalização, mecanismos retóricos etc. (van DIJK, 1990).

#### **4. O acesso discursivo como vetor de representação social**

Segundo Falcone (2005, p. 20) “a ideia de acesso dentro da perspectiva da Análise do Discurso Crítica é ainda relativamente vaga, necessitando de uma especificação mais sistemática”. Entretanto, segundo a autora, temos em van Dijk (1994, 1991) uma definição mais clara desse conceito, pois este propõe, inclusive, modelos teóricos de análise envolvendo essa categoria.

Van Dijk (2010, p. 89) afirma que “um elemento importante na reprodução discursiva do poder e da dominância é o próprio *acesso* ao discurso e a eventos comunicativos”. Para esse estudioso, o “discurso é similar a outros recursos sociais valorizados que constituem a base do poder e cujo acesso é distribuído de forma desigual”. Com base em suas afirmações, Falcone (2005, p. 21) nos esclarece que van Dijk discute o acesso como um ponto fundamental para o processo de manutenção dos modelos mentais, pelo qual são construídos os estereótipos, conhecimentos, ideologias e, inclusive, atitudes sociais.

Sendo assim, negar alguns grupos ou membros de grupos o acesso à construção discursiva, é “instituir” grupos discursivamente excluídos, o que acaba gerando um tipo de ‘desigualdade social-discursiva’. Dessa forma, não sendo participantes ativos na construção do discurso, o efeito cognitivo sobre esse *exogrupo* (o grupo de fora, o grupo excluído) se dará de maneira negativa e preconceituosa. (FALCONE, 2005). Para van Dijk (1991, *apud* FALCONE, 2005, p. 22), “quanto mais acesso se tem ao discurso, mais acesso se tem ao poder social”, assim, “os modelos para se investigar o acesso discursivo podem ser indicadores fidedignos do poder social de grupos e seus membros”.

Falcone (2005, p. 28), tendo como principal referência a van Dijk (1994, 1997) na tentativa de categorizar as formas de acesso nos espaços discursivos dos jornais, apresenta os seguintes aspectos como microcategorias de análise do acesso discursivo: (1) *sócio-discursivo*: acesso direto e acesso mediado; (2) *composição linguístico-cognitiva*: título e

organização textual; (3) *léxico-discursivos*: item lexical, nominalização e verbos introdutores de opinião. Para nossa análise, consideramos os aspectos sócio-discursivos e léxico-discursivos.

Em relação ao primeiro, consideraremos os dois pontos: o **acesso direto**, que “caracteriza-se pela representação discursiva direta dos entrevistados” (FALCONE, 2005, p. 28), e o **acesso mediado**, que “ocorre nas relações discursivas criadas pelos jornalistas dentro do texto jornalístico. São as várias formas de representação dos atores sociais envolvidos no evento comunicativo, sendo que a voz predominante do discurso é a voz do [jornalista].” (FALCONE, 2005, p. 28).

Em relação aos aspectos léxico-discursivos, serão observados apenas os **verbos introdutores de opinião**. Falcone, seguindo as considerações de Marcuschi (1991, *apud* FALCONE, 2005, p. 31) entende “as seleções dos verbos [na construção discursiva] como ações sobre os conteúdos que estão sendo tratados nos [textos jornalísticos], dando-lhes intencionalidade interpretativa, com características ideológicas”.

##### ***5. Análise dos textos jornalísticos: resultados e discussões***

Começaremos esta seção discorrendo sobre nossa análise de como o jovem está sendo representado no contexto da violência pelos textos jornalísticos que compõem o corpus desta pesquisa, partindo dos aspectos sócio-discursivos. Nesse sentido, em todos os textos nota-se que ao jovem não lhe é concebida a participação do discurso, mesmo sendo ele o foco das ações e do próprio texto. O que prevalece, de antemão, é o **acesso mediado** em geral evocado pela voz do jornalista e por indivíduos que representam instituição de poder.

Dessa forma, a representação dos atores sociais se dá pela visão do outro, daqueles que compõem o grupo de fora (o *exogrupo*), pois, ainda que o texto preveja o jovem como protagonista de uma ação positiva e importante, sua participação discursiva é mediada por alguém que representa uma instituição de poder. Podemos perceber isso claramente na notícia intitulada *Jóvenes hablaron sobre el consumo de drogas*, a qual trata da participação de jovens na elaboração de um plano metropolitano de combate às drogas.

Em referida notícia, o título prenuncia a participação discursiva do jovem, pelo verbo “hablaron” em relação ao assunto tratado, entretanto as vozes que permeiam o texto, por meio de citações diretas, inclusive, provêm dos secretários de juventude de Medellín e de Antioquia, representantes do Governo. Vejamos:

*“Estas reuniones han sido muy enriquecedoras principalmente porque hemos recibido información de primera mano acerca de las situaciones que llevan al joven a consumir este tipo de sustancias. Ellos nos ayudan a reflexionar acerca de los entornos en los que se mueven, las presiones que sufren; nos ayudan a meternos en el pensamiento joven y entender por qué ellos al momento de tomar la decisión de consumir o no, deciden adentrarse en un mundo desconocido y muy peligroso”, manifestó Londoño.*

A análise nos revela que, pelo acesso mediado, a opinião jornalística, por meio da escolha do que publicar e dos discursos inseridos, representa o jovem em termos de violência como um indivíduo cruel, sem escrúpulos, “sem coração”, um jovem capaz de atos repugnante que agridem não apenas a integridade física, mas também moral.

Outro exemplo dessa representação é a notícia intitulada *Adolescente violó a una retrasada mental, en Cartagena, y mostro el vídeo em Facebook*, a qual se vale de termos pejorativos para “qualificar” a vítima (retardada mental), desqualificando ainda mais o jovem agressor. Esse demérito extremo ao acusado também é feita pela referência à rede social, pois o fato desse ter exposto no Facebook o ato por ele cometido mostra o quanto é frio, o quanto banaliza o crime e o quanto percebe com indiferença a Justiça, associando violência à impunidade. A inserção direta do discurso do comandante da Polícia de Cartagena sobre o fato não só reforça a opinião do jornalista, como também serve de pretexto para expô-la:

*“Éste es un caso que se da de un joven de 16 años que abusa de una joven de 15 años, teniendo en cuenta que ésta aparentemente tiene unos problemas de **retraso mental**, abusa de ella, la filma en ese tipo de abuso sexual y le entrega esta filmación a sus compañeros del colegio”*

A análise também revelou, ainda que não vinculado à violência diretamente, que a associação se faz ao abordar o jovem em outras práticas criminosas, práticas essas que remetem à atos criminosos indiretamente. Essa aproximação pode ser encontrada no texto intitulado *Intensifican operativos para laincautación de armas de fuego ilegales*, no qual o fato de ser porte ilegal de armas, já induz o vínculo com a violência, apesar de que, de fato, não exista essa relação direta (porte ilegal de arma implica violência), mas a própria palavra “arma” evoca sócio-cognitivamente práticas criminosas. Nessa notícia, não há a inserção de nenhum outro discurso além da enunciação do jornalista, o que não deixa de se tratar de um discurso mediado de idêntica forma.

Além de ser associado a outras práticas criminosas como desencadeador destas, o jovem também aparece nos textos analisados como escravos para o crime, como se pode

observar claramente em *Farc y bandas buscan reclutar más menores*. Nesse texto, por meio do discurso indireto, militares participam da enunciação como a fonte da informação que reforça essa ideia de jovem como escravo para o crime, de alguém que foi capturado e forçado para tal: “Fuentes militares denunciaron que las FARC incrementaron el reclutamiento forzado de menores para reemplazar las muertes en combate y las desmovilizaciones en sus filas”.

Um ponto recorrente nos textos analisados, diz respeito ao fato de ter o jovem como uma ‘categoria específica de delinquentes’, diferenciada, pois se seu tratamento, em termos punitivos, deve ser distinto, é porque parte-se do pressuposto que são diferentes dos demais infratores. Assim, várias vozes são inseridas diretamente nos textos que corroboram essa ideia: autoridades, pessoas que estão no poder ou representam uma instituição de poder advogam por uma espécie de regeneração, como se o jovem violento tivesse sido, na verdade, afetado por uma fatalidade, como uma doença, sendo, nesse viés, possível a esse jovem voltar a um estado inicial, ao estado do não violento (do saudável). Observemos isso nas seguintes passagens retiradas de diferentes textos:

*En un debate organizado por la Cámara de Representantes sobre "Justicia juvenil: por una segunda oportunidad", Molano [director del Instituto Colombiano del Bien-Estar Familiar] exhortó al Congreso a diseñar **penas distintas** para los menores de edad. Dijo que se podrían utilizar otros mecanismos de **justicia restaurativa** para solucionar sus problemas y darles una verdadera oportunidad.*

*Menos lunático es el proyecto de la senadora **Gilma Giménez**, que anuncia penas de entre 6 y 15 años de prisión para personas entre 14 y 18 años de edad que sean autores directos de homicidios, secuestros, delitos sexuales agravados, extorsión, hurto calificado o lesiones personales agravadas. Estas penas se cumplirían en **prisiones especiales**, administradas por el Ministerio de Justicia.*

Outro aspecto revelado na análise consiste no fato de o jovem ser representado como uma ameaça à ordem pública, pois controlar a circulação de jovens em um determinado horário do dia significa evitar mais crimes, ainda que a medida vise à proteção dessas pessoas. Esse fato pode ser percebido no texto intitulado *Distrito recuerda el toque de queda para menores en el Día del Amor y la Amistad* em “la administración distrital y la Policía Metropolitana de Bogotá diseñaron un operativo especial en el cual se ejercerá control sobre toda la ciudad haciendo énfasis en la protección de los menores”.

Ainda sobre esse texto, nota-se que este foi produzido com base em informações repassadas pelos porta-vozes do governo e que, embora o jornalista não incorpore outros discursos ao seu, apenas divulga a fonte (porta-vozes do Governo), suas palavras

corroboram essa relação (controle de jovens implica controle do caos), ao esclarecer que “La medida, que tomó la administración distrital, busca proteger a los jóvenes y mantener la educación de delitos de alto impacto”.

É possível perceber em alguns textos, como em *Las generaciones perdidas de la violencia*, possíveis causas para o comportamento violento dos jovens. Essas causas apontadas pelo discurso jornalista em consonância com o discurso, direto ou indireto, de outras entidades tendem a associar juventude e criminalidade à pobreza e insuficiência de políticas e programas sociais, retomando o velho discurso determinista de que o indivíduo é puramente um produto do meio.

Passemos, na sequência, para a análise partindo do aspecto **léxico-discursivo**.

Para esta categoria, utilizamos os verbos introdutórios de opinião. Estes são, como frisa Marcuschi (1991, *apud* MELO, 1998, p. 7), “parafraseantes sintéticos, pois resumem em uma só palavra o sentido geral do discurso a relatar”. O que se pode perceber, com isso, é que informar é, de igual modo, interpretar opinião, portanto os verbos introdutórios são valorativos, logo também ideológicos, agindo, assim, tanto na produção do texto jornalístico, por parte do redator, quanto na recepção do artefato linguístico, na construção dos conceitos por parte do leitor sobre o que se está falando (FALCONE, 2005, p. 80). Analisar o emprego desses verbos nos faz compreender a opinião do jornalista sobre a opinião do entrevistando, e mais: pode-se depreender a representação que foi atribuída ao mesmo.

Marcuschi (2007, *apud* FALCONI, 2008) identifica alguns tipos de discursos a partir do verbo de opinião. Segundo ele, há o ‘discurso dos poderosos’ e ‘discurso dos populares’: enquanto aquele está representado pelo discurso do governo, forças armadas, universidades, instituições governamentais, sindicatos (instituições que fazem oposição ao governo), igrejas; este é o discurso produzido por anônimos ou de grupos de pequenas representações de poder. É importante que se esclareça que há uma variedade no uso do verbo de opinião para o discurso dos poderosos.

A partir de Melo (2008, p. 7), citamos alguns exemplos de verbos:

|   |   |
|---|---|
| Verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas. | Declarar, Afirmar, Comunicar, Anunciar, Informar, Confirmar, Assegurar; |
| Verbos indicadores de força do argumento.                       | Frisar, Ressaltar, Sublinhar, Acentuar, Enfatizar, Destacar, Garantir;  |

|  |   |
|--|---|
| Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos. | Comentar, Reiterar, Reafirmar, Negar, Discordar, Temer, Admitir, Apartear, Revidar, Retrucar, Responder, Indagar, Defender, Reconhecer, Reconsiderar, Reagir; |
|--|---|

Depois dessas explicações gerais, vamos aos verbos introdutores de opinião destacados do *corpus*: *contar, comentar, dizer, denunciar, manifestar, expressar, assegurar, explicar, considerar, reconhecer, exortar, asseverar, instar, revelar, informar, advertir, informar, sinalizar, precisar (no sentido de especificar), expor, explicar, ressaltar e indicar*. Há que se dar destaque, no entanto, para os verbos pela frequência em que apareceram: DIZER (5 ocorrências), ASSEGURAR (5 ocorrências), MANIFESTAR (4 ocorrências), ADVERTIR (3 ocorrências), DENUNCIAR (2 ocorrências) e PRECISAR (2 ocorrências).

O trecho, a seguir, informa sobre uma jovem de 26 anos assassinada por uma gangue de ladrões ('banda de atracadores'), quando voltava do trabalho; o verbo introdutor de opinião utilizado pelo jornalista para expressar a consideração de uma amiga da jovem para saber como era a vítima no trabalho é DIZER. Vê-se claramente que esse é um 'discurso de populares', seguindo as categorias de Marcuschi (2007, *apud* FALCONI, 2008), uma vez que a entrevistada é anônima, ou seja, não pertence a uma instituição de poder. Ela apenas 'diz', conta um fato:

*Su mayor anhelo era comprar una casa para que su hija dejara de estar encerrada en un cuarto todo el día, por eso llevaba dos o tres años ahorrando 50 mil pesos al mes para completar la cuota inicial”, dijo Marina, una de sus compañeras de trabajo en el asadero de Kennedy.*

O verbo 'RELATAR', no mesmo texto, contando sobre as circunstâncias do crime, também segue os mesmos princípios que o verbo 'DIZER', ou seja, não há nenhuma força argumentativa, apenas há uma informação:

*Todos gritamos y les pedimos clemencia a los delincuentes que simplemente se reían. Efectivamente, la patrulla se detuvo para auxiliar al hombre. Los pasajeros sintieron más angustia, mientras que los delincuentes reían y se burlaban de los policías”, relata el sobreviviente.*

Em outras vezes, nota-se o uso do verbo DIZER como 'atenuação' e 'diminuição' do dito, por parte do jornalista, para se referir a uma crítica feita por quem não pertence a uma instituição que não tem tanto poder no país. Vejamos fragmentos de outro texto, que versa sobre a constante violência ocorrida em Mendellín que envolvia crianças e adolescentes:

*Jairo Herrán Vargas, expersonero de Medellín y quien conoce de manera detallada las violaciones a los derechos de los menores y los adolescentes en nuestra ciudad, se refirió al tema **aseverando** que “el Estado tiene múltiples falencias y yo creo que una de las más protuberantes es precisamente en el campo de la protección a los menores”.*

*Uno observa por ejemplo que “los programas que tiene el ICBF son insuficientes y las acciones que hace la municipalidad, a través de la Secretaría de Bienestar Social, también son insuficientes en relación con las grandes demandas que se requieren o que existen en las diferentes comunas de los diferentes municipios que tienen un nivel de pobreza alto”, **dijo**.*

*Según él, en esos lugares el Estado no les brinda a los jóvenes alternativas realmente interesantes y que ayuden a solucionar problemas como el de formación, alimentación y el problema del sostenimiento económico de ellos mismos.*

O jornalista usa o verbo ASSEVERAR para introduzir a opinião do ex-procurador, Jairo Herrán Vargas, fazendo com que a crítica às falências do governo seja bastante enfatizada; em seguida, após o pensamento de Vargas sobre as ações de algumas instituições, utiliza o verbo DIZER, dando um tom de informação e descrédito ao dito, pois é apenas uma ‘informação’; para concluir esse pensamento e eximir-se totalmente das críticas feitas, o jornalista usa a expressão *segundo ele* para referir-se a crítica mais forte, feita pelo ex-procurador, ao governo.

Para contrapor e evidenciar a variedade de verbos introdutórios de opinião nos ‘discursos dos poderosos’, apresentamos o excerto seguinte retirado de uma notícia que versa sobre a opinião dos jovens sobre o consumo de drogas no país. Vejamos alguns trechos:

*Yomar Benítez, secretario de la Juventud de Medellín, **aseguró** que este último aspecto, el de las decisiones al enfrentarse a la oferta de consumir o no, es quizá de los más complejos.*

*Al respecto, el secretario de Gobierno, Santiago Londoño, **manifestó** que este es uno de los temas que se ha venido trabajando de la mano de la Secretaría de Educación y el Instituto de Cultura y Patrimonio de Antioquia.*

*‘Ejemplo de ello son sin duda alguna las Jornadas Complementarias, que a través de actividades lúdicas buscan fortalecer aptitudes en áreas como el bilingüismo y las Tecnologías de la Información. De igual manera, el Instituto de Patrimonio ha promovido estrategias como los Estímulos al Talento Creativo y el Altavoz Escolar- laboratorios de creación musical’, **expuso**.*

Nota-se que o uso dos verbos ASSEGURAR para introduzir a opinião do secretário, à época, da Juventude de Medellín, Yomar Benítez, e dos verbos MANIFESTAR e EXPOR para representar a opinião do secretário de governo, à época, Santiago Londoño; ambos os

verbos dão força de argumento ao ‘discurso dos poderosos’, pois os sujeitos citados pertencem ao governo de Mendellín.

Nesta notícia, impera a ‘voz’ das instituições de poder. Embora o título do texto seja *Jóvenes hablaron sobre el consumo de drogas*, em nenhum momento nota-se a voz desse jovem, eximindo-o totalmente de opinar sobre algo que os atinge, muito pelo contrário, o que há é uma sucessão de opiniões das instâncias de poder.

Portanto, vê-se que a representação do jovem em situação de violência se dá por um discurso fraco, sem verbos que deem força argumentativa ao seu pensamento, pois quase não há referência à opinião do jovem sobre o que vivem, e quando há é apenas a título de ‘informação’, mostrando que esse jovem é fonte “passiva” dentro do discurso jornalístico e que as instâncias de poder estão sempre “ativos” às causas/consequências da violência sofrida ou praticada por esse sujeito.

### *Considerações finais*

Com base no que foi exposto, podemos afirmar que a mídia colombiana não permitindo ao jovem o acesso à construção discursiva, apenas confirma e reforça, logo ajudando a manter, uma representação de jovem e violência de um modo implicativo, como se um implicasse o outro, ou estivesse diretamente relacionado. Nessa perspectiva, propaga-se uma ideia de que o jovem tem uma tendência natural para a violência, para o conflito, para o caos, pois não só percebe, mas também age como se a violência fosse algo natural, tão normal a ponto de se permitir expor livremente em uma rede social um ato violento por ele mesmo cometido; trata-se, portanto, da naturalização, da legitimação da violência e do apagamento do sujeito, de sua voz. Há, pois, uma representação de jovem como um indivíduo alheio às normas, às leis, à conduta social. E é essa indiferença que o leva a cometer atos dessa natureza.

Os textos jornalísticos analisados reforçam a ideia de que o jovem é primordialmente vulnerável à criminalidade, seja como ator, como vítima ou como objeto. Propaga-se também o fato de, embora cometendo crimes cruéis como qualquer outro delinquente, estes devem ser tratados diferentemente pela justiça, pois a “culpa” pela sua má conduta social é do próprio sistema, ou seja, suas causas são as fracassadas e insuficientes ações governamentais.

Portanto, observa-se que tanto pela seleção dos verbos empregados pelo jornalista, quanto pela escolha dos discursos inseridos no texto (pelo acesso), o jovem compõe um grupo discursivamente excluído, um *exogrupo* cujas características definidoras de seus membros estão ligadas à violência ou, em termos gerais, à transgressão, ao alheamento social.

### **Referências**

AGUDELO, S, F. Momento y contexto de la violencia en Colombia. **Revista Cubana Salud Pública**; nº 29(1):18-36, 2003.

ALEXANDRE, M. Representação social: uma genealogia do conceito. **Revista Comum**. vol. 10, n. 23, p. 122 – 138, 2004.

ARRUDA, A. Representações sociais: emergência e conflito na psicologia social. In: BAPTISTA, L. organizador. **Anuário do laboratório de subjetividade e política 1991-1992**. Niterói: Ed. UFF; p.115-31, 1992.

BAPTISTA, L.M.T.R. Representações sobre o outro: o estrangeiro na mídia. In: Discursos da América Latina: vozes, sentidos e identidade. **IX Congresso Latino-Americano de estudos do Discurso (ALED)**. Belo Horizonte, MG. 2011.

CARDOSO, G. **A mídia na sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CEPAL/. **Perspectivas económicas de américa latina 2012**: transformación del Estado para el desarrollo, Santiago: CEPAL, 2011.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006  
DUVEEN, G. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FALCONE, K. O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do Jornal. Recife: Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE, 2005.

\_\_\_\_\_. **(Des)legitimação**: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE, 2008.

FAIRCOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. **REVISTA DEBATES**. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, JUL/DEZ. 2007.

MELO, I. F. **Análise do discurso e análise crítica do discurso:** desdobramentos e intersecções. In: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura, Ano 05, nº 11, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A representação social da Psicanálise.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEDROSA, C. E. F. Análise crítica do discurso uma proposta para a análise crítica da linguagem. Rio de Janeiro: **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos.** v. 9, n. 3, 2005. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>. Acesso em: 20/04/2012.

SÁ, C. P. **A Construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

\_\_\_\_\_. “O campo de estudo das representações sociais”. In: SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das Representações Sociais.** Petrópolis - RJ: Vozes, 1996, p. 29-50.

STEINBERGER, M. B. **Discursos geopolíticos da mídia:** Jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: Cortez, 2005.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Ideología y análisis del discurso. In: **Utopía y praxis latinoamericana.** Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social/Afio, 2005.

\_\_\_\_\_. **La noticia como discurso:** comprensión, estructura y producción de la información. Trad. GAL, Guillermo. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Paidós, 1990.

\_\_\_\_\_. **Racismo y Análisis Crítico de los Medios.** Barcelona: Paidós, 1997.

\_\_\_\_\_. **Discurso, Poder y Cognición Social.** Cali, Editorial Facultad de Humanidades, 1994.

VO, A. N. **Estrategias de negación del racismo:** un estudio de caso sobre la negación en la prensa deportiva. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística e Aplicações tecnológicas) – Departamento de Tradução e Ciências da Linguagem, Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, 2006.

ZULETA, P. M. La violencia en Colombia: avatares de la construcción de un objeto de estudio. **Nómadas,** (Outubro), 2006. Acesso em: 10/06/2013 Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115224006>>